

XIII Congresso Brasileiro de Sociologia,  
Grupo de Trabalho “Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas”.

**Título: Informalidade ou Precarização: qual a adequação de conceitos?**

Iracema Brandão Guimarães.<sup>1</sup>

Introdução

O recente crescimento da ocupação, embora em níveis modestos, ocorre em um cenário no qual se retratava o mercado de trabalho a partir de dois períodos subseqüentes: o primeiro de expansão e o seguinte de retração, vista inicialmente como transitória mas que se prolongou, com breves recuperações, aos dias atuais. O desempenho da economia comparece como fator determinante da demanda no mercado de trabalho, distinguindo-se nesse desempenho o período que abrange de 1930-1970, no qual se deu a estruturação do mercado de trabalho brasileiro (Oliveira, 1979, Pochman, 1999) e um segundo período, localizado a partir da segunda metade da década de 70, quando se instala a crise e se acentua a desestruturação desse mercado. Pode-se concordar com a afirmação de que “do ponto de vista interpretativo, ela (crise) é fruto do desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista fundado, grosso modo, nos anos 30, aprofundado na década de 50 e rompido nos anos 80”, quando a economia brasileira conseguiu evoluir de uma estrutura agrário-exportadora para uma sociedade industrial, ampla e caoticamente urbanizada (Cardoso Jr, 2001).

Segundo Cardoso, Pochman (2000) os anos 80 representaram o momento de desarticulação do desenvolvimento industrial interno, enquanto os anos 90 simbolizariam o colapso da estratégia industrializante com suas conseqüências para o mercado de trabalho (tratando-se do binômio ajuste externo – desajuste interno que teria estabelecido as condições para a perpetuação da crise e da inflação). A partir dos anos 80 ocorre a ruptura do processo de estruturação do mercado de trabalho (com base na CLT) de modo que nos anos 90 o setor secundário perde contribuição relativa no total das ocupações, e

---

<sup>1</sup> Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia / Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Recursos Humanos. Pesquisadora do CNPQ, 2006.

ocorre uma ampliação e diversificação do setor terciário (visto anteriormente pela sua “inchação”), processos que são acompanhados de aumento do desemprego e das ocupações precárias. A título de exemplo, em 10 ocupações, 6 estavam no setor terciário, 2 no secundário, 2 no primário.( Pochman, op.cit: 71).

Dentre os fatores que ameaçam estritamente o nível de emprego e não apenas da ocupação – estaria o nível da atividade econômica, na medida em que se entenda que a reestruturação produtiva como parte do “desajuste interno” e do surgimento das novas formas de automação recoloca o problema da difusão das novas tecnologias indicando que seu impacto poderia ser “compensado” se a produção crescesse mais que a produtividade (Salm, 1987). De todo modo, as novas inserções setoriais seriam vistas mais como fruto da perda de dinamismo econômico da estrutura produtiva brasileira que de um reordenamento da mesma rumo a um novo padrão de desenvolvimento sustentável (Cardoso Jr, op. cit: 38).

Do lado da oferta da força de trabalho a principal constatação a que se chegou é que o ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa tornou-se maior que o crescimento econômico. Isso indica que as variáveis independentes (não controladas) como o crescimento da população em idade ativa (PIA) e a participação feminina, além das migrações rurais-urbanas, são percebidas como fatores que caracterizam pressão sobre o mercado de trabalho. No plano empírico, verificou-se que após a retração da dinâmica econômica dos anos 80 o nível da ocupação que se apresentava em declínio entre 1992 e 1996 (57.5 % para 55.1%) manteve-se e só voltou a apresentar crescimento modesto no período recente - entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) este nível passou de 56,5% para 57,0%, de 2004 para 2005 (Pnad, Ibge).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os comentários apresentados em relação a esses dois anos estão baseados nos dados divulgados da PNAD de 2004 e 2005, Síntese de Indicadores. Temos a clareza de que o aumento do nível de ocupação que os dados estão indicando em 2004 pode estar refletindo parcialmente a mudança na cobertura da pesquisa introduzida naquele ano conforme a nota oficial que reproduzimos a seguir: “Considera-se que a partir da pesquisa de 2004 a PNAD passou a cobrir a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do Território Nacional” (Ibge, Pnad).

## Tendências recentes do emprego e da ocupação

A importância de uma visão sociológica dos problemas do mercado de trabalho é considerada por Offe (1989) pelo fato de que o crescimento global da demanda pela Força de Trabalho envolve também a distribuição (questão política) entre as suas categorias, cujos problemas, obstáculos e vulnerabilidades se encontram associados a suas características sociais, ou socialmente atribuídas, como a idade, o sexo, a etnia, ou a condição física. Trata-se, portanto, dos atributos da força de trabalho no plano analítico embora se saiba que as vulnerabilidades aí consideradas passaram pelo “empoderamento” de alguns desses grupos.

Um modo semelhante de abordar os problemas do mercado de trabalho corresponde à ênfase dada aos movimentos de recomposição da população ativa, ou aos mecanismos sociais de repartição do emprego e de produção do desemprego, vistos como construções sociais e não como movimentos econômicos (Maruani, Reynaud, 1999). Nesse caso parte-se de questões gerais: Como compreender e analisar os fatos e cifras que indicam os contornos do mercado de trabalho e redefinem as fronteiras entre atividade, emprego, desemprego? Como continuar centrado na empresa quando boa parte das tensões se desenvolve nas fronteiras, à sua entrada e à sua saída? Ou ainda, como analisar sociedades duravelmente marcadas pelo “racionamento do trabalho”, ou desestabilização do emprego? (op.cit; pg. 4-6).

A proposta de analisar os movimentos de recomposição da população ativa indica a necessidade inicial de considerar todo o segmento da população que procura trabalho, ao lado dos ocupados, o que amplia a percepção para o segmento da população que necessita trabalhar como efeito de um outro conjunto de mudanças, tanto localizadas no âmbito da organização doméstica (desorganização da produção doméstica de bens), como no âmbito cultural, das relações familiares, de gênero, e gerações. No caso brasileiro a PEA saltou de 55,0 milhões em 1985 para 77,5 milhões de pessoas em 2000<sup>3</sup>, continuando em intenso crescimento.

---

<sup>3</sup> Segundo informações disponíveis do IBGE, a PEA era estimada: em 1985 – 55,0 milhões; em 1990 – 64,5 milh; em 1995 – 74,2 milh ; e em 2000 – 77,5 milh. Isso mostra que em 5 anos houve um acréscimo de mais de 3 milhões de pessoas entre os que passaram a procurar trabalho e os

Em termos gerais, o aumento da população ativa tem sido atribuído aos dois fatores relacionados ao sexo e idade da população, sendo o primeiro referido à adição da força de trabalho feminina e o segundo referido a uma subtração (op.cit:7) pelo fato do número de ativos nas faixas etárias extremas estar em diminuição. Esta recomposição, no caso brasileiro, corresponde as seguintes estimativas. No primeiro movimento, as mulheres passaram de 22,9 milhões de economicamente ativas em 1990 (35,5 % do total da PEA) para 31,3 milhões em 1998 (40,7 do total da PEA). Já o segundo movimento é identificado segundo a PNAD (Ibge): “de 1995 para 2005 o nível da ocupação diminuiu sensivelmente nas faixas de idade abaixo de 25 anos e na de 60 anos ou mais”. Em todas as faixas de idade, o nível da ocupação masculina em 2005 foi abaixo do referente a 1995. Na população feminina, em dez anos, este indicador aumentou nitidamente nas faixas de 20 a 59 anos de idade e caiu nos grupos etários abaixo de 20 anos e de 60 anos ou mais”.

As restrições sobre a força de trabalho e o desemprego que já vinham incidindo sobre as camadas mais pauperizadas e sobre as novas gerações, apontam, portanto, para um cenário social complexo e preocupante. A inserção feminina no mercado de trabalho se intensifica e se mantém, como enfatizamos no presente trabalho, seja como estratégia familiar, ou como decorrência de um projeto de vida, configurando-se no primeiro caso pela generalização de alternativas de trabalhos irregulares e considerados precários. Se restritivo aos iniciantes ou receptivo aos mais experientes, parece permanecer um tipo de racionalidade imposta ao mercado de trabalho que dirige, mais uma vez, a nossa atenção para o crescimento recente das ocupações que se configura entre 2004-2005.

A partir de considerações já postas sobre o “esboroamento dos limites entre ocupação, desemprego, e inatividade” (Montali, 2006), examinamos algumas das implicações e possibilidades que os dados disponíveis parecem indicar. Da perspectiva da demanda do mercado de trabalho focalizamos as classificações oficiais da população ocupada visando identificar as sinalizações ocorridas no curto prazo aqui examinado,

---

ocupados. A dimensão desse crescimento pode ser avaliada se compararmos aos dados sobre a França: aí a ampliação da população ativa passou de 20 a 26 milhões no espaço de 40 anos, de 1950 a 1990 (Marruani, Reynaud, 1999).

sabendo-se que as principais mudanças ocorridas no emprego assalariado a partir dos anos 90 foram: a) o declínio do emprego público e o fraco desempenho do emprego industrial; b) o aumento da ocupação no setor terciário acompanhado de crescimento da informalidade.

Nas classificações agrupa-se o segmento da população ocupada nos setores público e privado, distribuídos segundo a relação de trabalho e o vínculo, com ou sem carteira assinada, seguindo-se os trabalhadores por conta própria<sup>4</sup>. Assim, é possível acompanhar as tendências, destacando-se primeiramente o contínuo declínio do emprego público, em consequência de ter sido situado durante a crise como depositário dos custos do ajustamento externo da economia, tornando-o altamente endividado e imobilizado (Cardoso Jr, 2000). As medidas implantadas desde 1985 conduziram à adoção das políticas econômicas de estabilização acompanhadas das reformas estruturais neoliberais pautadas na privatização, desregulamentação, e liberalização comercial e financeira. A reforma do Estado e da estrutura da administração pública produziu efeitos que, no curto prazo, são visíveis com o declínio do emprego, ainda que em menor grau do que em períodos anteriores (10.6 em 2003, 10.5 em 2004, 9,1 % em 2005).

A dimensão desse declínio, no prazo mais amplo, transparece nas mudanças da composição do emprego público segundo os três níveis administrativos entre os trabalhadores que integravam a categoria dos militares e funcionários públicos estatutários. De 1992 até 2004 a participação da parcela estadual caiu de 53,5% para 42,1%, e a federal, de 22,5% para 15,4%, enquanto aumentou a participação dos municípios de 24,0% para 42,5%. Essa tendência se modifica entre 2004 e 2005 quando a participação do funcionalismo federal apresentou pequena elevação, de 10,7% para 11,3%, mas a parcela estadual diminuiu (de 42,1% para 41,2%) e o municipal apresentou pequena variação (42,5% para 42,9%) (Pnad, Ibge, Síntese de Indicadores, 2005).

---

<sup>4</sup> Refere-se aos empregados, aos trabalhadores por conta própria, aos empregadores, aos não remunerados e aos trabalhadores domésticos – sendo que estes passaram a ser agregados ao primeiro conjunto. Ou seja, os empregados ou assalariados se compõem: a) empregados com carteira assinada (encontrando-se incluído o setor público e parte dos empregados domésticos com carteira), cujo contingente absoluto total aumentou entre 2003 e 2004, de 30.581.561 para 32.035.412 de pessoas; b) empregados sem carteira assinada, cujo contingente absoluto aumentou de 18.586.471 para 20.235.166 de pessoas; c) trabalhadores por conta própria cujo contingente esteve em pequeno declínio; d) empregadores; e) trabalhadores não remunerados.

A segunda tendência corresponde ao setor privado cuja maior concentração está localizada no estado de São Paulo, no qual até 1970 a construção civil e a indústria dinamizavam o mercado de trabalho mas nos anos 80 os serviços sociais e produtivos passaram a se encarregar da ocupação. Nos anos 90, reduziu-se a capacidade de geração de empregos dos diversos setores da economia, o desemprego foi mais forte na indústria, principalmente na metalurgia, no setor têxtil e de vestuário, nos níveis intermediários da chefia empresarial, nos empregos assalariados. Entre trabalhadores menos qualificados o desemprego na RMS, no início dos anos 90, superou o nível do final dos anos 80. O declínio entre 1997 e 1998 é identificado pela contínua redução nos postos de emprego no maior parque industrial do país: 401.347 entre junho de 1994 e janeiro de 1998 (Dedeca, 1996).

A tendência se mantém entre 2003 e 2004, no total do país, com pequenas recuperações em alguns setores considerando-se que a população ocupada cresceu em todos os grupamentos de atividades não-agrícolas, porém, em ritmo menor na *indústria de transformação* (6,8%) e ainda menor na *construção civil* (1,5%). No ano seguinte, em 2005, o emprego industrial cresceu menos que no ano anterior (5,1%). O movimento de declínio do emprego assalariado foi destacado desde as décadas de 80 e 90, quando o setor industrial juntamente com uma parte do comércio e serviços absorvia uma proporção de assalariados estimada em cerca de 62,8% da população economicamente ativa ocupada em 1980, cuja composição correspondia a 49,2% com registro (carteira assinada) e 13,6% sem registro. Já em 1991, mantinha-se a proporção de assalariados em 62,6%, mas alterava-se a sua composição: - os assalariados com registro caíram para 36,6 %, enquanto a proporção daqueles sem registro de trabalho aumentou de 13 % para 26 % (Pochman, op. cit: 72).

No período 2004-2005 a redução do emprego nos setores público e privado foi contínua indicando que o crescimento do nível da ocupação se deu através da informalidade, compreendida aqui em sentido amplo. O Quadro I indica que a proporção de empregados com carteira declinou de 62 % para 61 % de 2003/2004, e em 2005 atinge cerca de 60, 4 %.

Quadro I - Empregados e trabalhadores domésticos em relação a cada sexo.

	2003			2004		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados com carteira	62,0 %	63,7 %	60,2 %	61 %	64,1	59,1
Empregados sem carteira (1)	<b>37,8 %</b> <b>(18.586.471)</b>	36,3 %	39,8 %	<b>38,1 %</b> <b>(20.235.166)</b>	35,9 %	40,9 %
Empregados com carteira	67,1 %	64,1 %	72,5 %	66,9 %	64,5 %	71,2 %
Empregados sem carteira (2)	32,8 %	35,9 %	27,4 %	33,1 %	35,5 %	28,8 %
Empregados Domésticos C/ carteira.	27,1 %	40,2 %	26,1 %	25,8 %	40,2	24,8
Sem carteira. (3)	72,9 %	59,8	73,9	74,1	59,8 %	75,2 %

(1) Inclui o setor privado e público e os empregados domésticos com carteira assinada; (2) Exclui os empregados domésticos; (3) Apenas empregados domésticos. Fonte: IBGE, PNAD, 2004

A proporção de trabalhadores sem carteira assinada manteve-se relativamente em um mesmo nível, com pequeno aumento no curto prazo, passando de 37,8, para 38,1 e atingindo 38,3 % em 2005. Entretanto, esse aumento ocorreu entre as mulheres cuja proporção das trabalhadoras sem carteira assinada passou de 39 para 40,9 %. Embora a divisão entre os sexos demonstre uma predominância masculina (em mais de 20 milhões de empregados sem carteira assinada no país, 53 % são homens e 46 % são mulheres) o crescimento relativo da informalidade foi maior entre as últimas. Quando se separa os empregados no setor público e privado dos empregados domésticos, vê-se que entre os

primeiros o trabalho com registro apresentou pequeno declínio <sup>5</sup>, permanecendo estável a proporção masculina e reduzindo-se ligeiramente a proporção feminina. O contingente masculino assalariado é maior e aumentou nesses dois anos em relação às mulheres mas estas têm maior participação absoluta no setor público o que explicaria em parte o aumento da informalidade feminina.

Mesmo excluindo-se o emprego doméstico a informalidade (sem carteira assinada) aumenta no período (32,8% para 33,1% no total), permanecendo estável entre homens (cerca de 35%), mas aumentando entre mulheres (27,4 para 28,8%)., indicando que a informalidade feminina não se deve apenas ao emprego doméstico. Existe uma predominância masculina no total dos informais (69%) em relação às mulheres (30,2%) mas observou-se em 2005 um pequeno declínio entre os primeiros e aumento entre as últimas (68,0% e 31,9% respectivamente), reiterando-se o aumento da informalidade feminina. Entretanto, a diferença entre os sexos é mais compreensível em relação ao emprego doméstico, no qual a proporção de trabalhadores com carteira assinada também declinou (27,1% para 25,8%), e aumentou a proporção de domésticas sem carteira assinada (72,9 para 74,1% em 2005). Enquanto os homens permaneceram em proporção estável, aumentou a informalidade feminina que nesse caso tem presença majoritária no serviço doméstico remunerado. <sup>6</sup>

Uma visão ampliada da informalidade requer ainda que se acrescente os trabalhadores por conta própria aos empregados - sabendo-se que conceitualmente aqui se trata de trabalhadores independentes, ou autônomos, os quais não se confundem com o segmento acima, que vende a força de trabalho. Nesta breve localização, a composição dos trabalhadores por conta própria, segundo as PNADs de 2004, e 2005 encontra-se indicada abaixo:

---

<sup>5</sup> Esse declínio no total dos empregados ou assalariados (público e privado) foi da ordem de 67,1% em 2003, 66,8% em 2004, 66,0 em 2005, permanecendo estável a proporção masculina e reduzindo-se ligeiramente a proporção feminina (72,5% para 71%). O contingente masculino assalariado absoluto aumentou nesses dois anos (19.068.538, em 2005) em relação às mulheres (12.195.130, em 2005).

<sup>6</sup> A predominância feminina no serviço doméstico remunerado é da ordem de 93,3%. Os homens permaneceram em proporção estável (59 % sem carteira assinada) aumentando a informalidade feminina (73,9 para 75,2% em 2005). Neste segmento houve aumento em termos absolutos: o total de empregados domésticos foi de 6.081.879 em 2004 e 6.472.484 em 2005.



## Quadro II - Trabalhadores por conta própria

Total	Homens	Mulheres
(18.574.690) 22,0 %	26,0 %	16,3 %

Fonte: IBGE, PNAD, 2005

Acrescentando-se os trabalhadores por conta própria ao total dos empregados sem carteira a estimativa da informalidade aumenta para cerca de 45,8 %, em relação ao total dos ocupados no país, indicando que quase metade deles não tem vínculo empregatício. O Quadro II indica que a participação na atividade por conta própria em relação a cada sexo é menor entre as mulheres que entre os homens. Aí se encontram computadas inúmeras atividades, tanto de trabalhadores profissionais liberais, como inúmeras outras exercidas individualmente, ou com a ajuda de familiares ou outros, sem remuneração, tratando-se em geral de comércio ou serviço prestado, com ponto fixo, barraca, pequeno estabelecimento, ou no domicílio.

A tendência observada a partir dos dados disponíveis é de crescimento da população ocupada em quase todos os grupamentos de atividades não-agrícolas. No prazo mais amplo, entre 1995 e 2005, esse crescimento foi menor na *indústria de transformação* (6,8% em 2004) e maior em *outros serviços coletivos, sociais e pessoais* (16,6% em 2004), demonstrando o dinamismo desse último segmento na geração de ocupação, ainda que em 2005 tenha havido declínio nos serviços coletivos, sociais e pessoais (5,7%). Nos dois últimos anos, os maiores aumentos na ocupação ocorreram no comércio e reparação (5,7%), na construção (5,3%), e em serviços de alojamento e alimentação (5,3%).

Considerando-se as mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional, Khon (2006) aponta a transição de uma economia industrial, partindo do suposto de uma exigência de políticas públicas restritivas e de ajuste aos parâmetros da demanda. Coloca-se, portanto, uma nova relação de interdependência entre a produção e os serviços, supondo-se que o nível de desenvolvimento econômico determinaria impactos diferenciados dos serviços sobre a produção. Neste último setor, a especialização industrial conduziu à especialização flexível, diante da necessidade de respostas mais rápidas às mudanças do mercado e à competição internacional.

A comparação entre diferentes países, do ponto de vista da distribuição setorial, aponta para a diferenciação entre aqueles que apresentam concentração em atividades rurais e os demais com concentração em serviços. Nestes, o destaque está na predominância de mais de 50 % da PEA nos serviços, o que conduz a um debate sobre a positividade do crescimento do setor. Quanto ao caso brasileiro, a perda de dinamismo do parque industrial brasileiro nos anos 90 levou mais de metade da população ocupada a se deslocar para os serviços (54 % para 58 %), constatando-se que a continuidade do crescimento do mesmo se deve menos à modernização econômica do que à absorção de indivíduos que não encontravam oportunidades na indústria. (op.cit: 8).

A expansão do emprego em serviços é vista como efeito da expansão urbana o que re-introduz a discussão sobre as atividades informais, seja no sentido de um crescente dualismo da força de trabalho, seja no sentido da reorganização do trabalho assalariado e do crescimento do conjunto de atividades conhecidas como estratégias de sobrevivência. A participação diferenciada entre os sexos nesse setor vem sendo observada desde os anos 80, quando estudos mostraram os deslocamentos e transições da população economicamente ativa, do setor industrial para o chamado setor terciário (comércio e serviços). As ocupações que mais cresceram naquele período foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais e a administração pública, constatando-se que essa tendência foi contínua nos anos 90, com exceção da última.

Segundo Bruschini (2000), as mulheres que sempre predominaram nessas atividades passaram a dividi-las mais com os homens cuja força de trabalho se concentrava na indústria, observando-se a intensidade e constância do crescimento do trabalho feminino desde 85-90, quando as mesmas desempenharam papel mais relevante que os homens no crescimento da PEA – taxas de 48 % na semana do Censo e de 53% no ano de referência.<sup>7</sup> Isso seria resultado, tanto de necessidades econômicas e oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, como de transformações demográficas, culturais e sociais que afetam as mulheres e as famílias brasileiras, implicando em liberação para o trabalho. Paralelamente, se constata uma contínua influência da organização da família e do trabalho doméstico, além dos fatores de

---

<sup>7</sup> Esse crescimento também refletia a inclusão da produção familiar agrícola e as atividades de auto-consumo pela pesquisa da Pnad. Essa inclusão indicou que as mulheres passaram a ser 40 % da FT brasileira como já foi mostrado.

qualificação e oferta de emprego. Os deslocamentos da FT implicaram em perda de postos de trabalho na indústria e substituição pelos setores do comércio e serviços, em grande parte informais, e o setor de atividade que gerou mais oportunidades para as mulheres foi a prestação de serviços, embora em declínio, (32 % para 29 % até o ano de 2000) (op. cit: pg. 25).

### Informalidade ou precarização ?

A ampliação das atividades de serviços traz no seu interior a ampliação da informalidade que está presente em boa parte desse setor. A convergência entre os estudos que indicam o nível da informalidade pode ser situada a partir dos anos 90, quando “o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma elevação sem precedentes no grau de informalidade, totalizando um aumento de 10 pontos percentuais”, estimando-se uma proporção de 38% de trabalhadores sem contrato para o total do país. (Ulysea, 2005). A referencia inicial em comum está nos critérios da organização da produção baseada em pouco capital, na posse ou não de instrumentos de trabalho, na não separação nítida entre capital-trabalho, na presença de pequeno numero de trabalhadores remunerados e, principalmente, na participação da força de trabalho familiar (OIT, 1972),

Tais critérios, juntos ou separados, foram definidos como os indicadores do setor informal do mercado de trabalho, referindo-se a situações não passíveis de categorização como emprego assalariado – já que esse é decorrente de uma relação de mercado. As atividades por conta própria que não se dão no mercado (OFFE, 1989), também passam a ser computados junto às primeiras, seja exercida em estabelecimentos ou no domicílio (atividades que experimentam uma expansão recente a partir de processos como a terceirização). Encontram-se ainda incluídas a prestação de serviços independentes e o comércio realizado por vendedores autônomos – como os ambulantes, e seus ajudantes remunerados.

As antigas indefinições conceituais relativas aos setores formal e informal foram superadas e substituídas por noções como “processo de informalidade” ou “grau de informalização” (Cacciamali, 2000; Malaguti, 2000; Ulysea, 2005), assumindo-se a inexistência de consenso quanto ao tema. Isso é melhor compreendido a partir da indicação de dois fenômenos da informalidade que passaram a ser vistos como associados ao mercado de trabalho: a reorganização do trabalho assalariado e o auto-

emprego, além de outras estratégias de sobrevivência (Cacciamali, 2000), sendo esse último aplicável à maior parte das atividades pré-existentes aos recentes processos de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho. Quer se trate de reorganização ou desorganização do trabalho assalariado, com a flexibilização e a terceirização de atividades que se seguem, é certo de que se tratam de atividades heterogêneas e nem sempre elas se vinculam à perda de um emprego assalariado, quando se aborda, por exemplo, as atividades informais de baixa renda. A convivência ou coexistência entre os setores ou atividades formais e informais não parece, portanto, uma discussão superada, embora as críticas ao dualismo, às abordagens de segmentação do mercado, tenham sido assimiladas e a expansão recente da informalidade passe a ser compreendida como associada a fenômenos estruturais (como a reestruturação produtiva) e não a fenômenos cíclicos, ou a crises de crescimento econômico.

Parece certo, no entanto, que os estudos citados sobre a informalidade se ressentem de comparações relativas à participação por sexo e da discussão sobre assimetrias de gênero. Segundo Hirata (1998) os impactos das reestruturações produtivas não têm a mesma extensão, a mesma significação e nem o mesmo alcance, quando se trata de trabalhadores homens e mulheres. Em busca das relações entre informalidade e gênero, vê-se que a abordagem das ocupações informais pode envolver, indiscriminadamente, as situações de trabalho vistas anteriormente e, neste caso, entendemos tratar-se de uma visão ampliada da informalidade, quando se está agregando os trabalhadores sem carteira assinada e aqueles por conta própria. Isso permite perceber que quase metade do pessoal ocupado do país não conta com “emprego protegido”, ou seja, não se encontram amparados por nenhuma legislação trabalhista - sem direitos a previdência, férias, e demais benefícios, o que se passou a chamar de precarização.

Acompanhando a tendência geral do mercado de trabalho, a crescente atividade feminina se deu mais através da informalidade no período 2004-2005. Os dados indicam elevação na proporção de mulheres trabalhadoras sem carteira assinada e estabilidade entre os homens. Isto pode resultar da redução do emprego regular nos setores público e privado, já que no primeiro as mulheres predominam mas o aumento da informalidade atinge, tanto o total das empregadas sem carteira assinada (exclusive o emprego doméstico), como o próprio emprego doméstico. Agregando-se os trabalhadores por conta própria aos sem contrato, quase metade do pessoal ocupado do país não conta

com vínculo empregatício, o que aponta para um quadro de mudanças quanto à qualidade e diferenciação social da crescente atividade feminina.

Em relação ao mercado de trabalho, as mulheres não constituem um conjunto indiferenciado e a abordagem sobre a informalidade permite a percepção das diferenças sociais aí existentes. O emprego doméstico e as inúmeras atividades computadas na prestação de serviços (diaristas, garçonetes, cabeleireiras, manicures e tantas outras atividades), encobrem diferentes graus de precarização do trabalho, o que também ocorre no comércio (vendedoras em diferentes situações, sejam autônomas ou trabalhando para alguém em estabelecimento), ou, em menor grau, nas atividades sociais (saúde, educação e outras). O deslocamento masculino para o heterogêneo setor terciário sofrendo pequena desaceleração em relação ao segmento feminino vem mostrar a ampliação da informalidade com precarização das condições de trabalho mais visíveis em função do maior acesso feminino aos serviços pessoais e semelhantes.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BRUSCHINI, Cristina, Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Ma Isabel Baltar (org.). Trabalho e Gênero, Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo: ASSOCIAÇÃO BEP; Ed. 34, 2000.

CACCIAMALI. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/revista.html>. Acesso em: 9/10/2003

CARDOSO JR, José Celso, Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil, In: Tempo Social, Ver. Sociol. USP, n 13, Sp, 2001).

CARDOSO, J C , POCHAMAN, M , Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930-2000, Ipea/Cesit (mimeo), 2000

DEDECCA, C. Racionalização Econômica e Heterogeneidade nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado. In: OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). Crise e trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: Revista Latinoamericana de estudios del trabajo, ano 4, n 7, 1998. São Paulo

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. PNAD 2005: Síntese de Indicadores, Rio de Janeiro

KHON, Anita, As mudanças no mercado de trabalho e no perfil ocupacional, XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2006.

MARUANI, Margaret, REYNAUD, Emmanuele, Sociologie de L` Emploi, Editions La Découverte, Paris, 1999

MALAGUTI, Manoel. Crítica à Razão Informal – a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2000.

MONTALI, Lília, Mudanças no mercado de trabalho e as novas categorias ocupacionais, Mesa Redonda, XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2006.

OFFE, Claus. A Economia Política do Mercado de Trabalho. In: Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco, Crítica à Razão Dualista, Estudos Ceprap, no. 1979.

POCHMANN, M. A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.

SALM, C., O Mercado de Trabalho Brasileiro: estrutura e conjuntura, Ministério do Trabalho, 1987.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma resenha da literatura. In: Texto para discussão, no. 1070. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.